

# PRODUÇÃO DO *HABITUS* EMPRESARIAL NA CITRICULTURA PAULISTA<sup>1</sup>

---

Marie Anne Najm Chalita<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar a formação de um comportamento empresarial dentre os produtores rurais de laranja na região de Ribeirão Preto. A análise apóia-se no conceito de *habitus* como unificação simbólica no plano das representações sociais que orienta a atual ação social dos agentes no campo econômico da citricultura. O método empregado foi o da reconstituição histórica dos processos de apropriação de terras e de organização do trabalho agrícola baseado na literatura. Calcado no pioneirismo das famílias tradicionais, no risco assumido diante dos novos desafios produtivos sob a tutela do Estado, na competência em exportar e na defesa de seu papel na dinamização da economia nacional desde a época da economia cafeeira, aquele *habitus* assenta-se em conteúdos formulados atualmente pela agricultura de origem familiar.

**Palavras-chave:** citricultura, *habitus*, empresário rural.

## THE ATTAINMENT OF ENTREPRENEURIAL HABITUS IN SAO PAULO STATE'S CITRUS PRODUCTION

**ABSTRACT:** This paper examines the entrepreneurial behaviour among orange growers in the Ribeirão Preto region (SP). The analysis is supported by the notion of *habitus* as a symbolic unification of socially attained schemas that drives the practice of a social agent in a specific economic field. The method employed was the historical reconstitution of processes of land appropriation and rural work organization, based on the literature. Built on the pioneering work of traditional families, on their risks taken under State support, on their competence to export and on the defense of their decisive role in fostering the national economy since the coffee period of the 19<sup>th</sup> century, that *habitus* has been transposed to ongoing conceptualizations in the field of family agriculture.

**Key-words:** citrus culture, *habitus*, rural entrepreneurship.

**Jel Classification:** M13, D74, J44.

---

<sup>1</sup>Registrado no CCTC, REA-17/2007.

<sup>2</sup>Bióloga, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: mariechalita@iea.sp.gov.br).

## 1 - INTRODUÇÃO

A citricultura paulista está representada pelo plantio de 628 mil hectares, produz 53% da produção mundial de suco e detém 80% do comércio internacional de suco de laranja (ABECITRUS, 2006). Apresenta-se, predominantemente, baseada em pequenas e médias propriedades rurais, de origem familiar, com ampla utilização da mão-de-obra assalariada temporária.

Algumas características da elevada competitividade brasileira são de natureza estrutural, dentre elas, o padrão de expansão horizontal da citricultura em que a terra e a mão-de-obra representam vantagens comparativas em relação aos outros países. No entanto, em termos de eficiência, a região mais tradicional de plantio compromete-se pela baixa produtividade agrícola (média de 2,5 caixas/árvore, sendo que pomares das agroindústrias chegam a 5-6 caixas/árvore)<sup>3</sup>, o que eleva os custos de transação e conseqüentemente os custos de produção, dada a dificuldade relativa que os pequenos e médios proprietários têm de se apropriar do novo padrão de financiamento da agricultura pós-1980 e de ampliar escalas de produção e comercialização, apesar de terem alta produtividade agrícola quando comparada aos grandes proprietários tradicionais da região.

Se o padrão de expansão horizontal dominou o setor entre os anos 1970 e 1990, tem havido mais recentemente modificações na direção de uma verticalização das relações produtivas e comerciais na citricultura: pomares mais adensados, arrendamento de grandes propriedades pela agroindústria, qualificação e relativa estabilização contratual da mão-de-obra assalariada e aumento do associativismo comercial entre os produtores. Associadas a essas mudanças, há uma intensificação da cartelização do setor com a entrada de novos grupos econômicos (inclusive estrangeiros) e uma financeirização do capital, que tem crescentemente se tornado o novo padrão de financiamento da agricultura em geral. Essas mudanças na estruturação vertical do setor indicam crescente concentração dos fluxos de capital,

demonstrando que os agentes econômicos têm uma capacidade de reação elevada em termos produtivos e organizativos. Essa reação aponta para uma acumulação cognitiva quanto à identificação de oportunidades e de ação estratégicas.

O processo histórico particular de produção de um *habitus*<sup>4</sup> empresarial, em que interesses contraditórios se mesclaram, determinando um campo normativo de regras formais e informais na base da coordenação de interesses muito distintos dentre os produtores rurais, indica a forma pela qual se articulou, de um lado, a pouca inversão tecnológica, a expansão horizontal e a presença majoritária de unidades de produção de natureza familiar com ampla utilização de trabalhadores assalariados temporários. A análise aponta para a conformação de um *habitus* de forte vinculação agrária no que diz respeito aos grandes proprietários de terra e calçado em novas atribuições quanto à divisão social do trabalho no que diz respeito aos produtores de origem familiar.

A natureza desses vínculos (terra e trabalho) define particularidades regionais de uma cultura empresarial orientadora do comportamento econômico dos produtores no mercado citrícola. Essa cultura foi sendo gradativamente abalada pela natureza das mudanças favoráveis à profissionalização dos produtores de laranja, à elevação nas escalas de produção agrícola e à verticalização e internacionalização dos interesses produtivo-comerciais na citricultura.

Este trabalho visa analisar a relação entre competitividade e análise institucional, isto é, o âmbito da coordenação dos agentes produtivos como capacidade de definir e viabilizar estratégias competitivas nos mercados em que participam, no que diz respeito à formação de capital humano (PEROSA et al., 2004, p. 41), no caso a formação do comportamento empresarial dos produtores de laranja no Estado de São Paulo. Trata-se de refletir sobre as condições culturais de estruturação do mercado através da análise das posições e disposições desses

<sup>3</sup>Informação obtida junto à FUNDECITRUS em 2003.

<sup>4</sup>O *habitus*, de forma geral e neste contexto, representa um processo de unificação simbólica sobre uma definição geral de empresário rural que orienta a ação social dos agentes que compartilham uma base comum de representações sociais e que lhes serve como sistema de classificação do mundo (BOURDIEU, 1980).

agentes no campo econômico, condições historicamente estabelecidas por uma determinada interação regional entre grandes proprietários de terra e pequenos proprietários de origem familiar.

Duas dimensões analíticas integram o presente trabalho: a produção cultural das estruturas fundacionais do mercado citrícola e o papel exercido pela agricultura familiar. O processo de integração como um processo de interação simbólica de significados compartilhados constitui uma dimensão primordial do mercado a partir do momento em que o mercado se define como uma instituição com normas formais e informais, cuja direção hegemônica do comportamento econômico é resultado de conflitos de interesse existentes em uma dada realidade. O mercado, dessa forma, ocupa o espaço de uma categoria de intelegibilidade mesoanalítica para a compreensão da totalidade histórica em que se situam as mudanças nos processos de produção e circulação em um mercado globalizado.

## 2 - COORDENAÇÃO DE INTERESSES E PRODUÇÃO CULTURAL DO EMPRESÁRIO NO MERCADO CITRÍCOLA

Uma vez que o perfil social e econômico dos produtores de laranja é bastante diferenciado, cabe refletir como um *habitus* como referência cultural unificadora e explicativa de um comportamento econômico pode ser apreendido analiticamente. Durkheim (1983) entendia que todos os fenômenos sociais têm, necessariamente, uma dimensão cultural, pois são também fenômenos simbólicos. É a partir desse autor, fundamentalmente, que a perspectiva interacionista institui a natureza social da cultura e sua função normativa de integração dos indivíduos à sociedade.

Enquanto plano institucional de integração econômica, o mercado pode ser entendido como a expressão de um processo de interação entre agentes para codificar as regras que irão permitir um determinado ajustamento, sem antagonismo, das ofertas e demandas. A competitividade pressupõe um modo

de coordenação dos agentes econômicos, assegurado por disposições culturais para além das possíveis desigualdades nas posições sociais. Esse processo de ajustamento de interesses entre agentes no sentido de produzir as regras da interação pode ser analisado na sua dimensão cultural, no caso, como orientador do comportamento econômico.

Seguindo a orientação de Bourdieu (2000), o mercado pode ser entendido como um processo de construção histórica de categorias e do respectivo quadro de pensamento e de instituições sociais. Quanto ao papel dos constrangimentos (regras) nas ações econômicas, este autor aponta para a análise do processo histórico de sua criação, pois cabe identificar como foram se construindo determinadas disposições comportamentais dos agentes. É nesse sentido que o mercado não é um sistema fechado que se auto-reproduz sempre dentro dos mesmos princípios: é uma instituição historicamente indeterminada, socialmente construída por grupos de interesses (POLANY, 1980).

As categorias sociais específicas a um determinado mercado são definidas por interesses específicos expressos em sistemas de valores, de representações e de comportamentos que permitem a cada grupo identificar-se, localizar-se e agir em um espaço social que o cerca. No entanto, para além da noção de cultura de classe, considera-se que símbolos de outras categorias sociais vêm mesclar-se e são mutuamente apropriados, o que significa que há um campo de comunicação que demarca um conjunto de significados compartilhados que definem uma certa historicidade, um padrão cultural da sociedade (PÉCAUT, 1989). Em outras palavras, no interior de uma sociedade, os sistemas de representações não são um conjunto estável e homogêneo mas indicam uma orientação geral de uma dada cultura.

Este processo de especificidade e generalidade na produção da cultura explica o fato de as categorias sociais produzirem cultura em um processo relativamente consensuado, mas específico à sua posição na interação social, da mesma forma que podem ser pensadas formas de sociedade - particularismo cultural - e cultura como civilização de di-

mensão universal (CUCHE, 2002). Entender o processo de sua produção como movimentos complementares é compreender justamente as contribuições de sua fundação e seu aspecto instável e precário. Entre o específico e o geral, pode estar agindo nesta dinâmica, o que Merton (1965) chama de socialização antecipadora que indica o processo pelo qual um indivíduo se apropria e interioriza, antecipadamente, das normas e valores de um grupo de referência ao qual ele não pertence, mas deseja integrar.

A análise do processo de elaboração da cultura do mercado citrícola como um conjunto de significações da interação entre os indivíduos se dá no processo histórico de formação social da região de Ribeirão Preto, revelando a produção do comportamento empresarial transversalmente aos grupos que ocupam posições desiguais e o processo de compartilhamento de referências sócio-culturais que ocorre entre eles.

### 3 - PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO DAS TERRAS E DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

Os processos de apropriação das terras e de organização do trabalho sofrem modificações sucessivas ao longo das diversas fases do processo de formação social da região: o povoamento e a ocupação territorial; a implantação do sistema de produção cafeeiro; a desestruturação deste sistema e a diversificação de culturas; a expansão da citricultura e a implantação da agroindústria de transformação; e a integração da citricultura à agroindústria de transformação. Estes processos caracterizam, respectivamente, a definição e estruturação hierarquizada do poder local; a definição de um projeto dominante por parte das elites regionais do café; a emergência da burguesia industrial-urbana antagônica às elites cafeeiras; a nova organização da produção agrícola; e o novo modo de circulação e acumulação de capitais com a progressiva subordinação e, portanto, aproximação das formas de exploração da terra e do trabalho agrícola à racionalidade industrial de pro-

dução e, finalmente, a ênfase nas formas de organização social do mercado (CHALITA, 2004).

Para fins analíticos o processo de formação social pode ser dividido nos seguintes períodos: o primeiro, fragilmente ligado ao poder central, definido como a **fase de ocupação e de povoamento estratégicos** (séculos XVI ao XIX) e a **fase de integração econômica subordinada** (início do século XIX até 1880, gado associado à policultura); o segundo, ligado fundamentalmente ao poder político do Estado, definido como a **fase da produção econômico-estratégica** (metade do século XIX até 1930, café); o terceiro, que é a **fase de transição entre a economia cafeeira e a consolidação da citricultura** (anos 1930 a 1960); o quarto, que é a **fase de modernização agrícola nacional e da integração ao mercado internacional de suco de laranja** (particularmente a partir dos anos 1960); e o quinto, a **fase da desregulamentação da intervenção estatal no setor**.

Os conflitos mais importantes que caracterizam a rede das relações sociais em transformação a partir da qual se origina e se transforma sucessivamente o *habitus* empresarial na região traduzem a disputa pela imposição de um padrão de coordenação vertical no mercado citrícola, conforme distintas concepções de agricultura.

#### 3.1 - O "Coronel" e o Patrimonialismo das Fazendas de Gado

Prado Junior (1945) mostra como a integração subordinada do país à economia mundial durante o Império (1822-1889) e durante a Primeira República (1889-1930) polarizou a vida política no Brasil em alguns centros regionais. Após a decadência da economia açucareira do Nordeste no século XVII - economia na qual a terra e a força de escravo de trabalho foram determinantes do poder político e econômico dos plantadores de cana - o eixo econômico do país vai se localizar progressivamente nas regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e de São Paulo.

No que diz respeito ao norte de São Paulo, o caráter autoritário da ocupação das "novas" terras

pelo estabelecimento de grandes propriedades de gado, a partir das expedições chamadas "Bandeiras" (1530-1830), marcou fortemente o espírito dos conquistadores/aventureiros. Essas expedições alavancaram o processo de integração do território, frequentemente em troca de títulos de honra militares. Entretanto, essas "marchas" estratégicas, muitas vezes, afastaram-se dos objetivos de consolidação do poder central devido ao desejo de "autonomia" daqueles que procuravam enriquecimento, prestígio e distinção dentro da sociedade local, ou até mesmo regional, pela apropriação de grandes extensões de terras consideradas "livres" (chamadas a partir de 1850 de *devolutas*). Este espírito de pioneirismo na região criou, dessa forma, a cultura do senhor de terras, representando a consolidação do poder político local e regional, mais do que a realização de objetivos produtivos.

A região serviu de passagem para comerciantes e tropeiros que abasteciam as populações das regiões das minas da província de Minas Gerais e das cidades novas da região. No fim do século XVIII e começo do XIX, são grandes criadores de gado de Minas que avançam sobre São Paulo como consequência da decadência das minas. Esses "homens do sertão"<sup>5</sup>, que partem à procura de planícies úmidas, instalam-se em clareiras da floresta depois de terem expulsado os índios. São homens à margem da estrutura econômica escravocrata, à procura de um lugar para morar e viver. Outros trazem consigo o sonho de enriquecer, de tornar-se senhores de terras. O poder patrimonialista dos latifundiários que se implantam nessa região inscreve-se tanto nas relações pessoais de troca de favores como nas relações sociais mais amplas. Ele foi ainda mais reforçado pelo isolamento geográfico que os distanciou do poder central e pela fraca articulação de sua atividade econômica com o restante do país.

A terra não era ainda um fator limitante à apropriação "privada", nem do ponto de vista de sua disponibilidade nem de seu valor (FAORO, 1975). É o

latifúndio patrimonialista tradicional que gera, na região norte da província, a racionalidade das elites agrárias em torno de um sistema de produção extensivo, seja de pouca utilização de mão-de-obra (trazida de outras regiões), seja de fraca produtividade e circunscrita ao comércio com as regiões das minas de ouro de Minas Gerais. É através dessa forma de ocupação territorial, antes da institucionalização da vida social e política e antes da integração econômica da região, que os grandes criadores de gado adquirem sua notoriedade de mandatários durante aproximadamente um século.

A floresta abrigava uma grande riqueza em madeiras nobres, o que contribuiu para a acumulação primitiva dos pioneiros, principalmente para os que tinham serrarias. A derrubada de árvores, a implantação de uma agricultura de subsistência e a criação de gado marcaram o início das atividades locais. Pequenos agricultores migrantes, que aí se estabelecem, asseguravam a agricultura de subsistência e de abastecimento local, bem como o pequeno comércio. Sua vida gravitava ao redor de fazendas, das quais constituíam a reserva de mão-de-obra e asseguravam a produção de alimentos, frequentemente sob a condição de morador (agregado ou, na denominação atual, *sitiante*). Alguns grandes criadores de gado marcaram a história do município como "*homens de agricultura e da política*". Portando armas, embrenhavam-se nos lugares considerados hostis e perigosos, frequentemente sem a autorização legal para sua posse. Mesmo se as florestas delimitavam os territórios virgens passíveis de serem ocupados privativamente, essa época é considerada a fase dura da colonização em que famílias erguiam-se contra outras famílias para disputar violentamente a terra.

Até meados do século XIX, essas elites latifundiárias não disputavam a hegemonia política com as elites rurais dos pólos econômicos dinâmicos, seus interesses sendo protegidos pela burocracia local e regional, sua influência se estendendo às instituições locais políticas, culturais e mesmo religiosas. Enquanto os grandes criadores de gado se fortaleciam na política e na vida social, a expansão da infra-estrutura e a diversificação da economia das

<sup>5</sup>O "sertão" designava todas as terras do interior paulista, ainda não ocupadas, grande parte do que posteriormente seriam denominadas terras devolutas.

idades seria assegurada pelos investimentos dos imigrantes europeus, principalmente italianos que chegaram com algumas economias, a partir de 1883, com o ciclo de café.

### 3.2 - A Oligarquia e o Produtivismo das Fazendas de Café

A segunda metade do século XIX foi marcada por uma mudança profunda na formação social regional em consequência da expansão do café. A confrontação entre duas concepções de produção (principalmente no que diz respeito ao uso da terra e ao trabalho) revela a presença de conflitos entre as elites locais: os latifundiários patrimonialistas e a oligarquia cafeeira.

Para Faoro (1975), este momento mantém relação com a transformação do estatuto do proprietário no Brasil, caracterizada pela substituição da supremacia econômica, social e política da oligarquia açucareira e a aristocracia escravagista do café - atribuída graças a suas ligações com a burocracia colonial e imperial e também com as redes de natureza mercantilista, apoiando-se sobre insígnias e títulos honoríficos - pela supremacia econômica dos plantadores de café. Segundo este autor, não apenas o conteúdo do "senhor rural" mudou, senão que transformação mais profunda alterou-lhe o *status*. Depois de dois séculos ocupados em produzir açúcar, lavar ouro, cultivar cana e tabaco, pastorear gado - ao lado das funções paramilitares e paraburocráticas - a própria estrutura da empresa rural toma outro cunho. De caçador de riquezas, converte-se em senhor de rendas, a fazenda monocultora toma o caráter de *latifundium* quase fechado. O prestígio outrora haurido das implícitas delegações de autoridade se transforma no de senhor de um pequeno reino, que produz quase tudo (FAORO, 1975, p. 243-244).

As condições econômicas e políticas da mudança do estatuto dos proprietários rurais foram de certo modo garantidas tanto pela transferência da Coroa Portuguesa para o Brasil em 1808 (abrindo a Colônia ao comércio "direto" com outras nações)

quanto por lutas em favor da independência no final do século XVIII e começo do século XIX. Essas lutas atestam não apenas a decadência do projeto colonial baseado na monocultura de exportação e na pesada tributação que recaía sobre todas as atividades, mas também a ameaça que representava, para a Coroa e para o Império, os proprietários que nas novas terras fortaleciam as bases de seu poder econômico e político. A crise econômica provocada pela diminuição das exportações de açúcar e a queda na extração de ouro potencializam essas condições.

Proposições de alguns representantes das elites a favor de uma reforma agrária mostram a preocupação da época com as dificuldades no abastecimento de alimentos e na provisão de mão-de-obra escrava que se rarefaz e encarece e, enfim, com as lutas sociais que emergem com frequência cada vez maior, como as insurreições de escravos (Quilombos) e as lutas das populações pobres do campo e das cidades do século XIX (JOBIM, 1983).

As idéias agrário-liberais propagam-se, impulsionadas pela consciência dos obstáculos ao desenvolvimento da atividade econômica causados pela subordinação da Colônia ao mercantilismo português (defesa do anticolonialismo, antiescravagistas e a livre iniciativa, ao mesmo tempo em que se opõe à reforma agrária, sem, no entanto, negar a necessidade de uma modernização técnica e mesmo a diversificação de culturas). É a este conjunto de posições que a oligarquia cafeeira se alinhava, opondo-se ao latifúndio escravagista exportador. As reivindicações desse novo grupo social orientavam-se no sentido de poder exercer o controle sobre o processo de acumulação no país e diminuir o peso de seu endividamento. Esta conjuntura política marca o período do Império (da Independência, em 1822, à República, 1889) (CARONE, 1978, p. 27).

O esgotamento do solo, com a redução do rendimento dos cafeeiros da região litorânea norte do estado (Vale do Parnaíba), desloca as fazendas de café na direção central do estado durante os anos 1840 e 1850, para estendê-las para a região nordeste do estado entre 1880 e 1910. Segundo Monbeig (1952), esta última expansão do café, composta de

"mineiros" e de "paulistas", estes últimos frustrados na sua tentativa de se estabelecer na região central da província cuja estrutura social e econômica já se encontra relativamente definida, devido: a) aos direitos de propriedade regulamentados pela Lei de Terras e b) às exigências prévias de dispor de mão-de-obra na lavoura cafeeira, o que se tornou problemático num contexto de diminuição crescente de sua oferta. A maioria, entre eles, vai, então, seguir sua procura de terras mais para o norte e mais distante dos poderes constituídos (MONBEIG, 1952, p. 115-116).

A "marcha do café" foi grandemente assegurada pelo Estado através de quatro mecanismos principais: a) apoio direto através de programas de imigração de mão-de-obra - os imigrantes italianos inscreveram-se em relações sociais que os imobilizaram nas fazendas (colonato) e contribuíram para a redução de custos de produção num momento em que a terra começou a pesar mais em sua composição; b) criação de políticas monetárias de desvalorização da moeda nacional, o que possibilitou a capitalização dos produtores via exportações para o pagamento do salário dos colonos; c) promulgação da Lei das Terras, que dificulta o acesso à propriedade da terra pelos colonos e, paralelamente, a não fiscalização dos processos de titularização da terra; d) empréstimos financeiros (créditos) concedidos aos fazendeiros do café (às vezes vindos do exterior e repassados aos produtores pelo Estado) e grandemente utilizados para a compra de terras; e) abertura de vias férreas ligando a capital do estado à nova região de expansão de café.

Os grandes proprietários do café que avançam em direção ao interior do Estado de São Paulo defendem a natureza autárquica da produção como a imagem da renovação econômica, fazendo da política de apoio ao café a vanguarda e o porta-voz da política nacional. É esta racionalidade, que tem grande desenvolvimento no final do século XIX, que origina a afirmação política e social do empresário rural - expressão de um projeto liberal nos propósitos da oligarquia cafeeira-, marcando oposição em face ao latifundiário tradicional. O produtivismo como primeira demonstração deste projeto será as-

simulado progressivamente na região, sedimentado pela formação de um mercado de trabalho e pela tecnificação do sistema produtivo. Embora marcado pelo mesmo espírito rural e latifundiário, suas estreitas ligações com os circuitos urbanos (econômico, comercial e bancário) levam a que esta oligarquia torne-se importante base política das idéias republicanas. Estas transformações, marcaram este período (1890 - 1930) como de "política da economia" (REIS, 1985).

Dessa maneira, o grande proprietário fundiário patrimonialista, que tinha assegurado seu caráter autônomo a partir do estreitamento de suas relações com os poderes locais, foi crescentemente contestado pelo discurso "liberal" dos plantadores de café, consolidando-se como centro da política na República Velha e, após 1889, através da articulação de apoios regionais e no âmbito do Estado de São Paulo, de onde provêm as discussões da época em torno do federalismo e do que este sistema de governo poderia representar em termos de tentativa de descentralização do poder político no país.

A expansão acelerada do plantio dos cafezais aumenta o preço das terras e, como consequência da Lei de Terras, dispara a corrida aos títulos de propriedade, o que conduziu a que a apropriação de terras opusesse desta vez os criadores de gado (os coronéis pioneiros da primeira onda de imigração) aos fazendeiros de café. Devido à inexistência de normas definidas de titulação, houve fortes contestações à legitimidade dos títulos de posse anteriores. O confronto de influências deu-se junto ao poder municipal e às instituições de regulamentação fundiárias através, por exemplo, da tentativa de impedir a formação de tabelionatos encarregados do fornecimento destes títulos (FONT, 1985, p. 231).

Em síntese, os latifundiários patrimonialistas são pouco a pouco contestados e superados pelo ideário produtivista e anti-escravagista, aclamado pela oligarquia cafeeira, que reclama para si o título de empresário rural. No entanto, os primeiros não serão eliminados do sistema de relações sociais, mantendo suas concepções e estratégias de produção e inserção no mercado, nem os segundos terão a

unanimidade de um comportamento inscrito na racionalidade burguesa-liberal, tanto no que diz respeito à valorização de suas terras quanto no que se refere às relações de trabalho e de produção. O caráter latifundiário da oligarquia cafeeira coexistiu paradoxalmente junto com a integração econômica da região ao comércio internacional, significando a manutenção da natureza eminentemente fundiária do novo sistema de produção.

O agrarismo fundiário produtivista caracterizou a natureza, ao mesmo tempo latifundiária e capitalista do sistema de produção, que se definiu como empresa rural. O poder fundado na terra vai reforçar o discurso agrarista de afirmação da agricultura em face do evento da industrialização urbana, conforme se verá a seguir. Esta articulação particular mudará sensivelmente ao longo da modernização agrícola a partir da década de 1960. Os traços do patrimonialismo e as bases econômicas e políticas de sua reprodução irão se ampliar e modelar os comportamentos políticos e econômicos que se afastam de agentes sociais delimitados na realidade social como grandes proprietários, resultando em distintos modos de inserção econômica dos grupos sociais na citricultura "moderna" e posicionados diferentemente na dinâmica do campo econômico citrícola.

### 3.3 - Agrarismo x Industrialismo

A Constituição Republicana de 1891 já havia consagrado o liberalismo econômico e político, ideais gerados durante o Império (1822-1889) e consolidados na virada do século, ideais que promoveriam os interesses dos novos grupos sociais emergentes, assegurando a criação de mecanismos para melhorar o fluxo de capitais e rendas através da diversificação da economia. Este liberalismo colide, entretanto, com o poder das oligarquias regionais (CARONE, 1978).

É a crise mundial de 1929 que vai levar, definitivamente, a oligarquia cafeeira a se defrontar com os obstáculos que causam sua subordinação ao mercado exterior devido ao seu sistema tradicional de produ-

ção e comercialização, sempre contornados devido ao constante apoio institucional e financeiro do Estado. Essa elite se torna o alvo de contestações sociais devido aos Planos de Valorização de Café, que adiam sua falência terminal e procuram contornar a crise que se avolumava. Dentre outras medidas foram adotadas, como mostra Carone (1978), o estabelecimento de impostos nas novas plantações de café (diminuindo a concorrência entre novos e tradicionais produtores) e a incitação à retenção do armazenamento de grãos através de prêmios e contínuas alterações na política de câmbio. Essa política setorial fez com que o peso financeiro dos empréstimos e subvenções alocados pelo Estado aos fazendeiros fosse repassado à sociedade como um todo. Além disso, especulação de terras pelos proprietários da região resultava em uma agricultura extensiva e de baixo rendimento agrícola. Disseminavam-se lutas dos trabalhadores agrícolas "livres", aos quais o acesso à terra era impossibilitado, dentre elas, greves e abandono das fazendas em direção a outras que oferecessem melhores salários ou aos centros urbanos dinamizados então pelo despertar da industrialização.

A emergente burguesia industrial opôs-se progressivamente aos fazendeiros do café, contestando a proteção do mercado, a prioridade para as exportações agrícolas e as políticas de câmbio que dificultavam as importações. Apenas a partir de 1930, os interesses dos industrialistas se alavancaram graças à centralização institucional e instrumental do poder do Estado (e seu papel regulador na comercialização dos produtos agrícolas), o que assegurou que as divisas do comércio externo fossem investidas na industrialização e na diversificação da oferta dos produtos agrícolas no mercado interno, conduzindo à transferência de capitais do setor agro-exportador para o setor urbano-industrial (FAUSTO, 1975).

Enquanto muitos fazendeiros arruinaram-se devido às dívidas contraídas ou "*ruralizam-se totalmente*" (nas palavras de CARONE, 1978, p. 149) (agraristas). Outros, ligados às redes de comercialização do café e os agro-exportadores, tornavam-se progressivamente sócios privilegiados do início desse processo de industrialização (MONBEIG, 1952, p. 87).

Estes últimos (industrialistas) pregavam a "modernização" da agricultura, novas dinâmicas políticas regionais e outras vias de ligação com o poder central, como também a abertura da agricultura para o capital estrangeiro.

Esse confronto sobre padrões de desenvolvimento na agricultura foi relançado em bases distintas daquelas do período colonial e da Primeira República, onde se confrontavam forças regionais antagonicas do mundo rural representada pelo latifúndio patrimonialista e o latifúndio produtivista, explicitando posições conservadoras e progressistas em torno de modos de produzir, similares, no entanto, quanto ao caráter patrimonialista das posições.

Nos anos 1930, o agrarismo provocou uma espécie de entrincheiramento da classe dos proprietários rurais atrás do discurso da tradição rural, discurso que se opôs à descapitalização da agricultura de exportação pela fuga de capitais da burguesia comercial e financeira, que sustentava até então a economia cafeeira. Martins (1975, p. 57-72) situa o agrarismo exatamente no período que vai do nacionalismo de Vargas ao "desenvolvimentismo" (período 1930-60), momento em que começa a se instalar no país a indústria pesada (bens de equipamento). Este momento antecede, de acordo com este mesmo autor, o fenômeno da aparição das propriedades empresariais na agricultura brasileira. Isto é, quando se torna mais evidente o processo de diferenciação da economia do país (com o surgimento dos industriais), e quando a acumulação passa a se dar através do capital comercial (venda/exportação de produtos agrícolas e compra de insumos agrícolas), descolando-se dos interesses eminentemente agrícolas.

### 3.4 - Articulação entre a Agricultura e a Agroindústria de Transformação

O primeiro processo de industrialização do final do século XIX no Estado de São Paulo é resultado da diversificação financeira originária dos capitais individuais de produtores de café e importadores que se articularam entre si verticalmente para

frente (beneficiamento) e para trás (produção agrícola), procurando sua valorização. O começo da transformação dos produtos agrícolas passava assim pelo circuito do capital privado. O elo entre a transformação dos produtos e os fazendeiros de café dissolveu-se definitivamente com a constituição do sistema financeiro nacional (DELGADO, 1985).

Apoios indiretos do Estado à transformação dos produtos agrícolas existiam através das políticas fiscais e das políticas de câmbio, isto é, através de mecanismos de transferência de recursos financeiros entre setores econômicos da sociedade, conforme foi apresentado anteriormente. Apesar do primeiro instrumento de ação direta do Estado no financiamento industrial e agroindustrial datar de 1937 - o Cartão de Crédito Agrícola e Industrial do Banco de Brasil (CREAI-BB), a constituição do setor agroindustrial de transformação é estabelecido a partir do processo de substituição das importações, iniciado durante os anos 1930, mas especialmente a partir da industrialização pesada dos anos 1950, quando o desenvolvimento da agroindústria se conecta àquele do setor industrial de produção de equipamentos e produtos químicos para a agricultura. Em 1952, surge o BNDE (atual BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), substituindo o CREAI no financiamento de equipamentos para transformação e comercialização dos produtos agropecuários (BELIK, 1987).

Como suportes legais das mudanças sociais predominantes trazidas pela modernização da base técnica da agricultura estão o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214 de 1963) e o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504 de 1964) (BASTOS, 1987). O primeiro, versando sobre os direitos do trabalhador da agricultura, viabilizou a liberação da força de trabalho necessária para a estruturação da moderna exploração agrícola pela dissolução das condições de vida do morador e pela extinção de contratos de parceria. O segundo articulou, de forma subordinada, os instrumentos de expropriação da terra por interesse social à regulamentação dos princípios legais que permitiriam o nascimento da unidade de produção portadora do símbolo do desenvolvimento no campo, a em-

presa rural (MARTINS, 1981 e 1989; SILVA, 1987).

O projeto de modernização agrícola conservadora (GRAZIANO DA SILVA, 1982) encontrou os apoios ideológicos, institucionais e financeiros dos quais necessitava para aumentar a produtividade agrícola sem a necessidade de realizar uma reforma agrária e, assim, favorecer as culturas de exportação. A instituição da estrutura sindical de representação pelo governo militar (1964-1984) dissolveu a hegemonia do poder das oligarquias dos anos 1930-60, mas permitiu que os interesses dominantes na agricultura se acomodassem no aparelho do Estado (SANTOS, 1987). As políticas específicas pós-1964 refletiram a aliança entre os novos setores de equipamentos industriais nacionais vinculados ao capital multinacional, os grandes proprietários de terra e as instituições do sistema financeiro.

O corporativismo (e uma intensa ação de lobbies), paralelamente à estrutura de representação sindical dos agricultores, surgiu como rede de transmissão e de defesa dos interesses da nova articulação agricultura-indústria, articulação que substituiu os interesses do capital verticalizado agrário-comercial do começo do século e que vai transformar a relação entre poder e política (SANTOS, 1987).

Após a segunda metade dos anos 1960, o governo adotou vários instrumentos políticos para promover a exportação e criar uma base cambial necessária ao desenvolvimento da industrialização, que estava em crise de desenvolvimento, dentre eles, a limitação das importações para incentivar a constituição de um mercado interno cativo para as indústrias, uma vez que as políticas de câmbio seletivas não o asseguravam completamente. Como mecanismo de indução da modernização da base técnica da agricultura, a partir dos agricultores, foram criadas linhas especiais de crédito agrícola (em 1965 - Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR) com créditos a taxas de juros abaixo da inflação, e concedidas isenções fiscais e de créditos-prêmios às exportações (GRAZIANO DA SILVA, 1989).

Minidesvalorizações da moeda permitiram o aumento da participação do país na venda de bens manufaturados ou semimanufaturados, incluindo os

produtos agroindustriais no comércio internacional. Nos anos 1970, houve um forte impulso para a inovação tecnológica do processo industrial - possibilitando a implantação de agroindústrias modernas - graças a créditos com taxas negativas de juros (PINTO, 1981; BELIK, 1987).

A modernização da agricultura durante os anos de 1960 e 1970 permitiu a convergência dos discursos agrarista e industrialista na disseminação do apelo ao título de empresário rural a partir de agentes econômicos que não assumem riscos, isto é, apenas geram capital quando o Estado possibilita seu adiantamento na forma de recursos financeiros via créditos, recursos assegurados por políticas agrícolas e agrárias seletivas.

### 3.5 - A Laranja como Alternativa: o "ouro amarelo" da exportação e o início da transformação industrial

Em face da descapitalização da agricultura, devido à sua posição de financiadora da indústria urbana, o plantio de laranjas é empreendido principalmente por agricultores na região de Ribeirão Preto que decidem afirmar-se, na sua plenitude, como produtores agrícolas, marcando sua diferenciação cultural e social em relação àqueles que abandonaram a agricultura para voltar-se principalmente aos investimentos urbanos. A origem dessa referência - a **tradição rural** - encontra-se também no lugar privilegiado que a agricultura de exportação vai assumir no conjunto da política econômica nacional a partir dos anos 1960.

Entre 1930 e 1960, ao mesmo tempo em que se observa a desestruturação progressiva da economia cafeeira, incluído seu sistema de relações sociais, a consolidação da citricultura acontece no norte do estado. Ao longo dessas décadas, a reorganização do conjunto do sistema resultante da crise econômica configura-se através de uma ação política de envergadura, tanto por parte do Estado quanto por parte dos fazendeiros tradicionais de café que permanecem na região.

A análise dessa fase de transição revela a origem e as formas particulares do engajamento dos atores sociais na introdução da cultura de laranjas, a direção e o significado da intervenção do Estado neste processo, as mudanças progressivas dos pólos de acumulação econômica na agricultura regional, como também a natureza e as formas particulares das relações políticas entre aqueles diferentes grupos.

O início da citricultura na região de Ribeirão Preto foi marcado por conflitos que resultaram da presença do capital estrangeiro na comercialização de frutas, de uma progressiva articulação de interesses entre produtores e comerciantes locais (na direção do favorecimento da acumulação interna, pela modificação do centro de decisões sobre as estratégias de regulação do setor) e das pressões sucessivas junto ao Estado, principalmente, por grandes proprietários de terra, para a obtenção de condições favoráveis à produção e à comercialização das frutas.

A trajetória social e econômica dos fazendeiros de café e sua formação cultural, resultantes de uma experiência de décadas na produção de uma cultura permanente de exportação (assimilando um idioma e uma identidade de homens de negócios internacionais), e marcadas tanto pelo "amalgama" entre atividade agrícola, comercialização e o sistema financeiro quanto pela sobreposição entre a política e o poder (fazendeiros e Estado) -, além da garantia de um mercado internacional para as frutas já existente, estimularam a reconversão à cultura de laranjas. O "ouro amarelo" - analogia ao "ouro verde" - o café - revitaliza a articulação entre propriedade fundiária e acumulação, que estava debilitada desde a crise cafeeira.

Foram necessárias medidas de política pública, como prêmios à exportação (já concedidos pelo governo federal em 1909), para suscitar o interesse por essa cultura e encorajar sua expansão. O começo da citricultura em escala comercial visou o abastecimento de centros urbanos e a exportação da fruta fresca, primeiro para o Uruguai e a Argentina e, a partir dos anos 1920-1930, para o mercado europeu. Nessa época, toda a comercialização das frutas era

realizada por agências de exportação de capital estrangeiro (HASSE, 1987).

Entre 1900 e 1950, as plantações estendiam-se de modo desordenado devido ao seu caráter paliativo e complementar à crise do café. À medida que as condições de estabilidade e de acumulação, a partir da cultura cafeeira, não serão mais asseguradas aos fazendeiros, a citricultura se expande na região. Como mostra Souza (1984, p. 21), vários fenômenos agiram conjuntamente no impulso para a citricultura, alguns de ordem econômica, outros de ordem política. Acima de tudo, é a decadência da cultura de café e as crises de mercado que são responsáveis pelo avanço da citricultura. Assim, depois das geadas de 1918, e mais ainda depois de 1929, quando os fazendeiros foram pegos pela crise econômica e as terras cansadas, eles aumentaram as plantações de árvores frutíferas, estimulados pelas crescentes garantias de escoamento da produção (facilidades de exportação e infra-estrutura de comercialização) e pela política encorajadora de investimentos como a distribuição de mudas de laranjeiras pela Secretaria da Agricultura (principalmente aos grandes proprietários) via Programa de Reflorestamento.

O Projeto Pró-Citricultura do governo federal e do Estado de São Paulo encorajou a adesão à cultura por meio de: a) da criação, pelo Banco do Brasil, do Serviço de Fiscalização Bancária, embrião da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX); b) da regulamentação federal sobre o transporte e o comércio de mudas; c) da criação da infra-estrutura de comercialização: rede de vias férreas até os portos; e d) da instalação de *packing-houses* (entrepósitos para lavagem, seleção e acondicionamento das frutas para a exportação) (HASSE, 1987).

Em 1933, foi fundada a Associação Citrícola de São Paulo visando à aglutinação de interesses dos citricultores e sua representação junto ao Estado, procurando influenciar a política macroeconômica em favor da exportação da fruta. Medidas decisivas para a adesão dos produtores à cultura foram: a) a diminuição da carga fiscal, repassada pelos intermediários aos produtores; b) a suspensão dos impostos sobre a exportação e da taxa sobre o transporte

cobrada pelo governo do Estado de São Paulo; c) a diminuição do preço de transporte da Cia. Paulista de Estradas de Ferro; e d) a supressão do bloqueio à exportação da laranja Bahia (devido ao seu tamanho), variedade que representava de 30% a 35% da produção paulista (HASSE, 1987).

Durante os anos 1940 e 1950, essa cultura foi adotada quase que exclusivamente pelas grandes propriedades que se beneficiaram de todas as subvenções públicas, assegurando assim relações comerciais privilegiadas no mercado e da base fundiária mais conveniente para enfrentar os riscos da mudança. Em 1949, foi criada a Sociedade Paulista de Fruticultura Tropical, assim como, em 1957, a Casa do Citricultor em Bebedouro, destinadas a promover a cultura na região.

Se os instrumentos políticos tornavam-se mais favoráveis, mesmo ante a incerteza inicial do mercado, um outro incentivo à cultura de laranjas foi desempenhado pelas formas de pagamento dos frutos aos produtores pelos comerciantes autônomos, os quais revendiam as frutas aos exportadores ou diretamente aos galpões urbanos voltados ao mercado interno. Segundo Hasse (1987, p. 104), as Casas de Exportação concediam um adiantamento em libras esterlinas (em caráter de "gratificação") para esses intermediários. O fato de a demanda de frutas, entre anos 1930-1950, ter sido maior do que a oferta, provocava uma corrida aos pomares.

Entre 1930 e 1960, foram criadas 22 cooperativas de produtores no Estado de São Paulo, agrupando 1.000 produtores. Porém, essas cooperativas eram voltadas praticamente ao mercado interno, expondo-se a flutuações na qualidade e volume da produção (MAGALHÃES, 1981). A isso se opunha o acesso privilegiado dos grandes produtores ao mercado, através da venda direta, às agências privadas de comercialização, associadas a exportadores.

Uma séria crise nos anos 1940-50 surge das dificuldades encontradas no comércio internacional devido à II Guerra Mundial, comprometendo a entrega de frutas ao principal importador que era a Inglaterra (seguida da Argentina e do Uruguai), não sendo mais possível escoar toda a produção. A di-

minuição da rentabilidade na cultura provocou uma queda na produção, com o abandono dos tratamentos culturais e diminuição dos investimentos em novos pomares por parte dos produtores. Uma grande extensão das plantações foi atingida pela doença tristeza, provocando o desaparecimento de centros importantes de produção da fruta (MOREIRA, 1958, p. 38).

Novos problemas fragilizaram mais ainda a exportação de frutas frescas: a concorrência de outros países como a África do Sul (mais perto da Europa), as elevadas taxas alfandegárias e o custo do transporte. A Associação Citrícola de São Paulo reivindica (com o apoio da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo) ao Conselho Federal do Comércio Exterior e ao Conselho de Defesa da Economia Nacional a redução de custos de transporte das companhias marítimas inglesas através da intervenção diplomática; a aquisição ou o fretamento de navios pelo governo brasileiro para assegurar o transporte, reduzindo assim a presença estrangeira; o estabelecimento de acordos com o governo francês para o aumento de importação de frutas do Brasil; a isenção de diversos tributos cobrados no porto de Santos e de taxas sobre o transporte interno para ampliar o mercado consumidor nacional; a liberação da taxa de câmbio (HASSE, 1987).

Nessa conjuntura de crise, em agosto de 1956 foi formada uma Comissão de Produtores de Frutas Cítricas em Bebedouro, que encaminhou ao governo do Estado de São Paulo várias reivindicações: mudanças na política de câmbio que afetava a exportação de laranjas; a instalação de um *packing-house* de grande capacidade; a construção de um frigorífico no porto de Santos; o controle qualitativo rigoroso das frutas reservadas à exportação; o aumento da capacidade de carga nos trens; o estudo da viabilidade de industrialização do produto e a instalação de uma Estação Experimental de Citricultura em Bebedouro. Várias dessas solicitações, segundo informações da imprensa da época (Jornal de Bebedouro), foram atendidas, principalmente as que se referiam às mudanças na política de câmbio (aumentando o valor do dólar para exportação), à concessão

de um prédio para a estocagem das frutas (antes destinado ao café) e a um subsídio de dois milhões de cruzeiros para a instalação de uma fábrica de transformação da fruta, que foi liberado, mas acabou sendo desviado para Sorocaba.

O Instituto Agrônomo de Campinas passou a fornecer mudas a baixo preço, o que beneficiou os grandes proprietários na recuperação das plantações em grande escala. Dessa maneira, foi empreendida uma intervenção de envergadura, não só através de políticas públicas setoriais e emergenciais como também através da criação de instituições que pretendiam demarcar um quadro de políticas de longo prazo para todo o setor (HASSE, 1987).

De acordo com Hasse (1987, p. 144), a retomada das plantações e a recuperação da citricultura entre 1945 e 1953 levou a um rápido aumento da produção. Em 1957, o Estado de São Paulo contava com um total de 10 milhões de árvores da laranja comercial e mais de seis milhões da laranja de consumo doméstico. Neste mesmo ano, foi detectada a doença cancro cítrico no município de Presidente Prudente. A implantação de barreiras fitossanitárias pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), a incineração/erradicação de pomares contaminados, a interdição de novos plantios e de circulação de mudas em uma zona que incluiu 19 municípios do oeste do estado e as inspeções sanitárias pelo Instituto Biológico e pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo favoreceram o controle da superfície plantada. Foram definidas "áreas impróprias" e "áreas próprias" à cultura, formando uma zona nobre de plantio, o "corredor citrícola", com plantações mais tecnicizadas e beneficiárias do progresso da pesquisa sobre doenças e do uso consequente de porta-enxertos e de clones nucleares mais resistentes.

A partir de então, foram lançados programas de escoamento da produção para o mercado interno. O Conselho Federal do Comércio Exterior do Ministério da Agricultura criou a Junta Reguladora do Comércio da Laranja e, por meio da Carteira de Crédito Agrícola e da Comissão Executiva das Frutas, interveio no setor para racionalizar a produção e a

comercialização através de várias medidas. Entre as medidas adotadas estava a compra de toda a produção; a redução em 30% da superfície plantada; a ampliação do mercado interno através da criação de centros de distribuição de laranjas nas grandes cidades; a classificação e o controle das frutas destinadas à exportação; incentivos para a produção de óleos comestíveis de frutas cítricas graças à instalação em Limeira de uma indústria pertencente à Secretaria da Agricultura do Estado (HASSE, 1987).

A regionalização da cultura no norte do Estado de São Paulo foi consolidada através da concentração geográfica de indústrias de transformação implantadas a partir dos anos 1960, impulsionadas pelos efeitos nefastos da superprodução das frutas e da dificuldade do mercado internacional aceitar a qualidade da fruta fresca brasileira. De acordo com Martinelli Junior (1987), os preços médios da laranja e as políticas fiscais e de crédito estão, também, dentre as principais causas do desenvolvimento da cultura.

Apesar de algumas experiências iniciais e pontuais na transformação de frutas, a importância econômica da citricultura consolidou-se quando o suco passou a ser o subproduto mais significativo, principalmente quando concentrado e congelado. De acordo com Martinelli Junior (1987, p.102), dentre as dificuldades técnicas anteriores para este empreendimento, estavam a falta de conhecimento sobre a extração e o acondicionamento do suco, a ausência de capitais para investir nessa atividade e o modesto desenvolvimento do mercado dos subprodutos industrializados da laranja (como as indústrias químicas, farmacêuticas e alimentícias).

Após a fase de rigidez na política cambial (de 1947 a 1953), os investimentos estruturais tornaram-se mais favoráveis aos exportadores. A criação do Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL) - ligado ao Instituto Agrônomo de Campinas e sob a orientação da FAO -, deu um reforço importante para a pesquisa sobre a transformação industrial, o transporte, a conservação e o acondicionamento dos produtos alimentares de origem vegetal e animal. A partir de 1968, este Instituto passou a promover

projetos de implantação das pequenas e médias indústrias de transformação das frutas. Assim, os fundos financeiros mais importantes para este empreendimento vieram tanto de capitais de grandes citricultores da região, que se tornaram industriais, quanto de grandes empresas de exportação de laranjas *in natura*, situadas nos municípios citrícolas mais importantes (MARTINELLI JUNIOR, 1987, p. 131).

A instalação das agroindústrias foi acima de tudo possível graças ao desenvolvimento de uma citricultura em bases técnico-organizacionais (anos 1950 e 1960) que puderam dar rapidamente respostas às demandas da indústria, especialmente pela substituição de variedades como a Bahia pela Pêra, a seleção e preparo de novas plantas, mais resistentes às doenças e mais bem adaptadas à industrialização através da padronização.

A partir da metade dos anos 1960, o setor recebeu fortes incentivos para seu desenvolvimento. Generosos subsídios, concedidos através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), favoreceram a modernização técnica da agricultura (como o crédito de custeio - compra de produtos químicos e de mudas - e o crédito de investimento - compra de equipamentos) e de incentivos à expansão da superfície plantada pela concessão de crédito a taxas de juros ainda mais baixas do que as do crédito agrícola em geral.

Inicialmente, a industrialização das frutas submeteu-se ao comportamento das colheitas de laranja da Califórnia (EUA). Assim, as geadas que afetaram a produção americana de 1962 a 1965 encorajaram a implantação do primeiro projeto grande de produção de suco congelado e concentrado no Brasil - a Sucos Nacionais S.A (SUCONASA), subsidiária da Toddy, em Araraquara em 1963. Em 1974, a Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico (CANECC) foi institucionalizada (Decreto Federal n. 75.061, de 19.12.1974) e sustentada pela Secretaria da Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura e pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. O Programa de Registro de Plantas Matrizes possibilitou a seleção e controle de plantações, obrigou o produtor de mudas a ter uma auto-

rização prévia para o funcionamento de viveiros e estimulou ainda mais a mudança de variedades (MARTINELLI JUNIOR, 1987).

No caso da infra-estrutura industrial, o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (BADESP) financiou fortemente sua instalação e expansão, repassando recursos financeiros do FINAME ou Programas de Operações Conjuntas (POC) do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (BELIK, 1987), também provindos do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID). Esses recursos possibilitaram o *leasing* dos equipamentos industriais de origem americana necessários para a transformação de frutas e o apoio de uma infra-estrutura complexa, capaz de fornecer os serviços auxiliares de transporte, energia e outros.

Entre 1974 e 1976, a citricultura passou por outra crise, advinda do "choque do petróleo", que causou queda nas exportações (superior a 10% no volume total exportado, que vinha anteriormente se duplicando a cada intervalo de dois ou três anos). Houve também uma redução em 50% no mercado futuro e aumento do volume de suco estocado, resultando numa redução do capital de giro operacional das agroindústrias, principalmente das pequenas e médias (MARTINELLI JUNIOR, 1987, p. 214-216).

Devido à desorganização na comercialização das frutas (incidência de vários preços pagos pela caixa de laranjas, irregularidade no fornecimento de frutas à agroindústria e na exportação de suco), a CACEX criou, em 1975, o Comitê de Exportação de Suco Cítricos, agrupando representantes do Ministério da Agricultura, da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, citricultores e agroindústrias. Seu objetivo foi a obtenção de informações sobre as diversas etapas e atividades do setor para articular seus respectivos programas entre si e estabelecer uma política global de comercialização para aumentar a receita cambial e garantir uma remuneração mais justa aos produtores, facilitando as negociações entre eles e as indústrias. As seguintes medidas foram adotadas: a) estabelecimento de um preço mínimo de exportação fixado pela CACEX; b) determinação de um limite máximo de volume total para

exportação e distribuição entre as agroindústrias de cotas para exportação; c) fixação de um preço mínimo por caixa de laranja; d) incentivo ao armazenamento de suco através de juros subsidiados, equivalentes a 10% da cota de toda a agroindústria; e) eliminação progressiva de incentivos fiscais para reflorestamento; f) reestruturação de valores do Imposto sobre Produtos Transformados (IPT) e Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) equivalentes a 28%, como incentivo para a exportação (MARTINELLI JUNIOR, 1987, p. 218).

A partir de 1977, as condições externas, ao lado do abrandamento da crise de 1974 e 1976, voltaram a ser atraentes para a instalação de outras indústrias, principalmente devido às geadas nos EUA e Japão e à queda na produção espanhola e israelense devido às secas. Com a eliminação dos capitais menores e mais frágeis, a entrada de grandes grupos econômicos na transformação foi mais favorecida e as condições objetivas de constituição de um mercado oligopolista surgiram.

A implantação da agroindústria foi, entre os anos 1960 e 1970, o fator mais determinante do desenvolvimento da citricultura e, a partir dos anos 1980, a nova articulação de interesses na agricultura regional entre a produção agrícola e a indústria, concomitantemente à diminuição da presença direta e específica do poder público no setor devido à implantação dos contratos de participação que atrelaram o preço das frutas à média das flutuações do suco na Bolsa de Nova York e remuneravam o produtor pelo valor do dólar no dia do pagamento.

#### **4 - EMERGÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DISSEMINAÇÃO DO *HABITUS* EMPRESARIAL NA CITRICULTURA**

Diante da desorganização progressiva da economia cafeeira, os grandes proprietários fundiários procuraram reconverter suas propriedades para outra atividade agrícola. Esta desorganização caracterizou-se: a) pela saída da mão-de-obra agrícola disciplinada, representada pelos colonos; b) pela

contestação de seu poder pessoal e burocratizado por outros grupos sociais, até mesmo urbanos (classe média e proletariado urbano); c) pela acentuada queda do valor de suas terras; d) pelo seu endividamento junto ao sistema financeiro devido às dificuldades de comercialização da produção de café.

Muitos grandes fazendeiros faliram. Outros reuniram o capital necessário para saldar as dívidas junto aos bancos e ao Estado, vendendo parte de suas fazendas hipotecadas em lotes ou cedendo-as aos credores (PRADO JUNIOR, 1945, p. 52-64), o que produziu uma alteração significativa na estrutura fundiária regional. De outro lado, aqueles que sobreviveram a esta crise aproveitaram a conjuntura para aumentar seu patrimônio, comprando terras diretamente dos bancos e ampliando a criação de gado (BRAY, 1974, p. 21-22).

De acordo com Bray (1974), várias culturas temporárias, como algodão, arroz e milho, também substituíram o café. Dessa maneira, esse período de transição foi marcado por um duplo movimento na estrutura fundiária regional: de um lado, uma relativa desconcentração, de onde emergiu, entre as grandes propriedades, a pequena propriedade familiar, que se torna mais importante numericamente, e, de outro, uma redefinição da grande propriedade ou das parcelas oriundas da divisão desta, pela implantação da parceria e, em menor intensidade, do arrendamento.

As possibilidades que os produtores familiares tinham para enfrentar as restrições nas suas bases materiais e financeiras de produção, como para adotar a nova organização de trabalho baseada no trabalho assalariado (com a expropriação dos meeiros), tornaram-se centrais para sua estabilidade na nova cultura. Ao longo do Programa de Erradicação do Café, as grandes propriedades que tinham também diversificado sua produção com culturas temporárias (cereais, mandioca ou algodão), principalmente através da parceria e do arrendamento, não raro, reconverteriam a totalidade das terras à pecuária, conseqüentemente com a expulsão dos meeiros e dos arrendatários (BRAY, 1974).

Principalmente a parceria e a diversificação

das culturas representaram, naquele momento, uma alternativa estratégica para os fazendeiros de café, tanto para imobilizar a força de trabalho de forma mais rentável que a do colono (uma vez que dispensava o pagamento de salários) quanto para revalorizar suas terras. Assim, o sistema de produção inicial, adotado predominantemente na cultura de laranja, assumiu um caráter especulativo. Ao lado da manutenção da pecuária, os grandes proprietários permitiam aos meeiros cultivar algumas culturas sazonais entre as fileiras remanescentes de café ou entre as fileiras das jovens laranjeiras, atenuando, assim, antes da fase plenamente produtiva das plantações de laranja, os riscos de um mercado ainda muito instável. Essa imobilização fundiária (reforçada pela retenção da mão-de-obra na propriedade) permitiu aos grandes proprietários terem acesso aos créditos subsidiados das novas políticas agrícolas federais a partir de 1965, uma vez que o volume dos créditos era proporcional à quantidade de terras dadas como garantia.

A presença de algumas pequenas e médias propriedades é anterior à crise de 1929. Não obstante, foi após a decadência da economia cafeeira que elas surgiram com mais força na estrutura fundiária, devido ao parcelamento das fazendas, seja pela divisão das propriedades pelas partilhas de heranças, seja pela venda de parcelas de terra, como foi salientado acima no caso dos fazendeiros endividados e, com menos intensidade, pelo reembolso ou troca de dívidas salariais para com os colonos por lotes de terra, que, dessa forma, tornam-se proprietários de terra (PRADO, 1983).

Os produtores familiares, com sua concepção de agricultura, identidade e organização de trabalho, ficaram mais protegidos da crise que os grandes fazendeiros. Eles continuaram, durante um certo tempo, a produzir café ou culturas temporárias. Com o sistema de comercialização que se instaurou inicialmente - compra dos frutos durante a floração e os altos ganhos aos produtores que esta compra possibilitava - os produtores familiares substituíram mais rapidamente o café, as florestas e os pastos por laranjeiras. No entanto, a maior parte dentre eles

lançou-se na citricultura sob o peso de dívidas com bancos ou diretamente com antigos grandes proprietários, em consequência da compra da terra.

A maioria dos agricultores familiares conquistou a propriedade da terra após uma complexa trajetória, passando pelo colonato, parceria e arrendamento, isto é, como trabalhadores rurais. Nesse caso, a reconversão da cultura do café para a da laranja foi lenta, ainda mais que a terra adquirida encontrava-se normalmente plantada com cafeeiros ou era de qualidade ruim, e, num primeiro momento, era prioritário assegurar a sobrevivência e uma estabilidade financeira mínima para a família. A grande diversificação de variedades de frutas cítricas com diferentes ciclos de produção dificultava que a indústria (responsável pelo agendamento da colheita) procedesse, em grande escala, ao "limpa pé" (colheita do conjunto do pomar em uma única vez ao longo do ano-safra) e que o produtor maximizasse seus ganhos.

Entre os anos 1950 e 1970, a organização e a institucionalização do mercado de trabalho temporário resultou de muitos fatores: a legislação do trabalho; as políticas de modernização agrícola dos anos 1960; a (re)concentração fundiária (a partir da expansão da pecuária e da citricultura comercial ao lado do gradativo aumento do preço da terra e das transformações na base técnica de produção); as modificações nas relações de trabalho (a substituição do sistema de pagamento total ou parcial em produtos *in natura* pelo sistema de remuneração monetária, como foi mencionado).

Dessa forma, os produtores familiares de laranja vão emergir em pontos das ininterruptas (re)organizações dos sistemas produtivos da agricultura regional em momentos em que a estrutura fundiária desconcentra-se e constitui-se o mercado de trabalho. Este duplo movimento possibilita o acesso à propriedade da terra, ao mesmo tempo em que poupa alguns produtores da marginalização e venda de sua força de trabalho. Ele é fundamental ao processo de seleção que se opera e aos conteúdos absolutizados acerca da ética e da recompensa através do trabalho que irão caracterizar o campo de produção do *habitus* empresarial pelos produtores de origem

familiar. Dessa maneira, um primeiro antagonismo entre proprietários e não-proprietários é essencial para explicar a forma como o *habitus* empresarial vai assentar-se na trajetória social dos agricultores familiares.

Em seguida, a função do produtor de perfil familiar, no sistema produtivo, passa a ser minimizada pela constituição do mercado de trabalho assalariado de forma a deslocar-se das tarefas referentes ao labor agrícola para as atividades comerciais, orientando a relação do produtor com o mercado, em um processo de implosão da localidade. Com os novos critérios de reorganização do setor citrícola que passam crescentemente pela capacidade individual de impor-se no mercado, o conjunto de referências socioculturais, que define o *habitus* empresarial, vai passar por uma reestruturação liderada pelos produtores familiares, revelando grandes mudanças nas concepções e nas relações tradicionais mantidas, no passado, por estes produtores com a terra, o trabalho, a organização e a reprodução das propriedades e também indicando uma forte adaptação à lógica agroindustrial de produção e comercialização.

Novos conteúdos serão agregados ao *habitus* empresarial à medida que ocorre o aprofundamento de uma determinada divisão social do trabalho nas propriedades, impulsionado pela crescente importância estratégica que assume a diminuição dos custos de transação e pelas decorrentes novas atribuições do proprietário nas tarefas de comercialização das frutas a partir dos anos 1980, em um contexto de desregulamentação do setor.

A partir de meados dos anos 1990, a tarefa de contratação e pagamento dos trabalhadores temporários e a dissolução do contrato-padrão de fornecimento das frutas traduzem-se na conformação de vários planos de mercado com distintas formas de funcionamento contratual e de remuneração da produção agrícola, tornando o produtor mais dependente de formas de organização social de mercado, como é o caso dos condomínios rurais e *pools* de comercialização e de participação em atividades de esmagamento (*toll processing*). Essas formas de organização de natureza associativista visam diminuir

custos de transação uma vez que procuram agregar maiores escalas na comercialização da produção e na compra de insumos, na contratação dos trabalhadores assalariados e na incorporação de margens na comercialização do suco de laranja, respectivamente<sup>6</sup>. Agem, portanto, na diminuição dos custos de produção agrícola e na obtenção de melhores preços para as frutas.

A função comercial que vai definir o comportamento empresarial se refere, dessa maneira, tanto à função inovadora (endogenização da mudança tecnológica) quanto à função de gestão: a contratação dos fatores de produção e a tomada de decisões diante dos preços, quantidades e tecnologias. Portanto, assegura a busca de altos níveis de eficiência, sobretudo a solução dos problemas advindos de mercados imperfeitos (ausência de alguns insumos e técnicas de produção). A capacidade de gestão dependeria da eficiência técnica (melhoria do sistema produtivo), eficiência econômica e organizativa (bom uso dos recursos disponíveis para diminuir custos e aumentar o preço de venda de sua produção, conhecimento das características da demanda e da comercialização, valorização dos recursos humanos, acesso aos recursos financeiros e adequado desenvolvimento dos sistemas de controle da gestão), eficiência estratégica (capacidade de definir estratégias para lidar com problemas e inseguranças). O grau de associativismo para assegurar melhores condições de negociação, nas condições atuais do mercado de fornecimento das frutas, seria resultante principal daquela função comercial uma vez que a habilidade empresarial, no caso dos produtores familiares, está descolada de sua efetiva realização, pois exige uma dedicação fora do ambiente interno da propriedade.

Em outras palavras, o *habitus* empresarial revela a incorporação progressiva de habilidades cognitivas necessárias à definição de estratégias comerciais por parte dos produtores. Assim como afirmam Saes e Ishikawa (2006), o conceito de empresário na economia ortodoxa, assentado na existência de

<sup>6</sup>A este respeito ver Chalita; Panzutti (2005).

um equilíbrio obtido pelo tomador de preço (comprador e vendedor) diante de um conhecimento perfeito, assume novo contorno teórico quando pressupõe ancorar-se na necessária experimentação comercial. Em outras palavras, o comportamento empresarial se manifestaria quando nenhum modelo ou regra sobre qual decisão o agente econômico deve tomar está disponível ou quando os dados necessários para isso estão incompletos, o que ocorre em novos mercados em que os cenários são incertos. Quanto maior a heterogeneidade das expectativas, revelada pela diferenciação entre grupos no mercado, maior o recurso ao julgamento empresarial. Assim, a noção de empresário está ligada ao custo de transação dinâmica que é o custo de persuadir, negociar, coordenar e ensinar para além do mero mecanismo de preços. Portanto, esta noção é mais subjetiva.

A particularidade dos conteúdos adicionados ao *habitus* empresarial pelos produtores de origem familiar é que, apesar das concepções dominantes no setor sobre as limitações dos produtores familiares para enfrentar a concorrência econômica no setor a seu "natural e sentimental" (pejorativamente) apego à propriedade, ao medo do risco para inovar, à equivocada utilização dos recursos financeiros, reduzindo as explicações sobre o insucesso e/ou instabilidade econômica das propriedades às qualidades individuais dos produtores, eles revigoram a importância das concepções de agricultura ao **modelo original familiar** (chefes de estabelecimento assegurando diretamente a gestão da propriedade) e, de outro, ao manipularem ainda algumas ferramentas de trabalho, quando de sua referência a um **modelo ideal empresarial**, relativizam suas dificuldades em se afastar da propriedade para procurar informações fundamentais que possam revigorar o caráter comercial de sua propriedade, sendo precisamente o apego à terra e o tempo de trabalho direto que vão diferenciá-los substantivamente dos grandes proprietários integrados ao mercado.

Dessa maneira, os agricultores familiares, ao apropriarem-se da ética nas formas de produção e trabalho providas dos novos requisitos técnicos da manutenção da competitividade, não o fazem pacifi-

camente. A valorização das capacidades individuais, própria ao *habitus* empresarial, se soma aos conteúdos mais radicais e absolutizados do "produtor familiar vocacionado", gerando novos conhecimentos, transmitindo-os e agindo diretamente na reprodução do padrão horizontal de expansão da citricultura (pouca inversão tecnológica e baixa produtividade), uma vez que, segundo o conjunto de suas representações, a presença de grandes propriedades com baixa produtividade agrícola são excrescências do mercado, ocupando posição marginal à dinâmica central do mercado e aos mecanismos de coordenação existentes.

Em síntese, a valorização das capacidades individuais gera uma interpretação dos processos de seleção como sendo sistêmicos e o surgimento das capacidades empresariais como sendo elásticas, isto é, a aptidão mesmo sem a ausência de capital tornaria possíveis processos de ascensão social.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação que se estabeleceu entre a reorganização dos sistemas de produção e as estratégias de reprodução social ou de acumulação dos diferentes grupos sociais na agricultura da região de Ribeirão Preto revela que a dinâmica em torno da terra e do trabalho agiu na diferenciação de distintos planos de mercado para os produtores e definiu um padrão espacial de expansão horizontal da citricultura baseado em uma elevada resposta produtiva (em volume) e uma baixa eficiência (em produtividade), apoiado na reprodução de grandes propriedades e na agricultura de pequena escala (unidades de produção de origem e funcionamento familiar).

Além das regras formais que os contratos instituem visando uma coordenação de interesses entre produtores e agroindústrias, dentro de um contexto de ordenamento também formal das políticas agrícola e agrária, relações informais entre produtores e entre produtores e agroindústrias agem na formação do mercado cativo e influenciam os preços praticados no mercado. Estas relações informais são

constituídas historicamente, mediadas pela ascendência de agentes econômicos e pela influência de atores políticos locais e regionais.

Dessa maneira, o *habitus* empresarial se explicitou na cena pública em torno dos resultados das políticas agrícola e agrária, formuladas a partir de meados dos anos 1950, num movimento cerceador dos projetos e lutas políticas no país. Este *habitus* está calcado no pioneirismo das famílias tradicionais, no risco assumido diante dos novos desafios produtivos sob a tutela do Estado, na competência em exportar e na defesa de seu papel na dinamização da economia nacional no âmbito privativo, registro incorporado desde a época do apogeu da atividade cafeeira.

Os conflitos sociais em torno do apelo ao "título" de empresário rural entre as elites regionais produziram oposições no plano sociocultural entre os agentes produtivos. Martins (1975, p. 15-39) - que analisa os limites da transformação do produtor rural em capitalista, isto é, sobre a dificuldade de surgimento de uma "articulação racional de meios e fins", baseada numa contabilidade de custo da atividade do estabelecimento - permite afirmar que, nesta fase de formação social da região até o começo dos anos 1960, o caráter latifundiário e patrimonialista das elites rurais dificultaram a expressão do *habitus* empresarial como *ethos* econômico. Em outras palavras, a produção dos signos da competitividade se deu dentro de um conjunto de obstáculos estruturais, seguindo um padrão contraditório e particular de produção de um *habitus* empresarial.

Segundo Martins (1975), a origem daquela dificuldade está no fato de que a acumulação de capital na agricultura brasileira deu-se na esfera da intermediação na venda dos produtos (comerciantes), desde a economia escravocrata, resultando que a fixação dos preços não se dava em função dos custos, mas os custos é que eram fixados em função dos preços, isto é, em função da oferta e demanda. Esta inversão não apenas impediu aumentos de salários como fez com que o capital não se envolvesse nas transações. Segundo o autor, operou-se "uma mentalidade anticapitalista no âmbito do sujeito", isto é, os fins pessoais não coincidiram com os fins do capital,

preponderando fundamentalmente os fins pessoais (valores, emoções, rotina). O caso aqui analisado, parece apontar para a forma como "não é o capital que se envolve nas transações, nem o risco é calculado em termos da sua reprodução, mas as pessoas são envolvidas e são elas que correm riscos. O capital transparece secundariamente nesse panorama" (MARTINS, 1975, p. 21).

A descapitalização no campo, que começou especialmente a partir de 1937, acentuou esse fenômeno, uma vez que as políticas industrialistas não tinham no horizonte uma taxa "satisfatória" de remuneração do capital, o que implicaria uma elevação dos custos da produção industrial, pois seriam necessários salários mais elevados para atender às necessidades mínimas de reprodução da força de trabalho. Este fenômeno parece ter condicionado o fato de que o processo de inversão tecnológica esteve sempre condicionado às políticas de crédito altamente subsidiadas.

Bresser Pereira (1974) e Cardoso (1971) também concordam com Martins (1975) quando afirmam que o empresariado industrial no Brasil significou uma diferenciação em relação à oligarquia agrária da época. Segundo esses autores, a grande maioria era constituída de estrangeiros ou filhos de estrangeiros, sem vínculos com a aristocracia cafeeira. Dessa forma, explica-se a oposição dos cafeicultores à proteção da indústria nacional e ao empresariado industrial, desejoso de obter recursos do Estado para sua empreitada modernizadora, apesar de reconhecerem a importância da industrialização. A oligarquia cafeeira comercial e os empresários industriais constituíam dois grupos de origem ética distinta e socialmente separados. Apesar de estes autores não tratarem da emergência de um comportamento empresarial na agricultura da época, fica claro também que eles concordam com o fato de que os interesses das elites agrárias da época defendiam uma ação modernizadora que não lhes extraísse o poder político que detinham até então.

A dificuldade de expressão do *habitus* empresarial enquanto adequação racional entre meios e fins econômicos encontra-se, por exemplo, na existência do controle social sobre o trabalho exercido

por meio de lealdades não prescritas documental-mente, originárias das relações paternalistas entre patrão-colono, das relações de confiança nos primórdios da comercialização da laranja, das relações clientelísticas existentes nos *pools* e condomínios rurais (formas de comercialização) e das formas autoritativas de como se reveste a relação com os trabalhadores assalariados. Em outras palavras, a *ratio econômica* sucumbe à tutela do indivíduo pelas elites que disputam o poder econômico, dificultando a expressão empresarial na citricultura e gerando uma dependência permanente das provisões financeiras e estruturais do Estado.

A elaboração do *habitus* empresarial se autonomiza, posteriormente, dos interesses das elites regionais e penetra na agricultura de perfil familiar a qual vai tornar-se sua esteira de transmissão pelo papel econômico que tem no setor e pela trajetória reiterada por dificuldades de acesso aos recursos necessários à produção e à comercialização, pela radicalização da ética do trabalho e pela nova hierarquização da divisão social das funções laborais nas propriedades nas quais o proprietário se apropria progressivamente das atividades relacionadas à gestão da atividade, conseqüentemente, por sua capacidade em assumir riscos e definir estratégias.

A partir da crise de subvenção à agricultura no final dos anos 1980, ante a definição de novos critérios de reorganização do setor citrícola (modificação das relações contratuais entre produtores e indústria, novas formas de gestão da mão-de-obra e da terra em razão da criação de novos referenciais de competitividade, transformações nas relações Estado/agroindústria/produtores), o conjunto de referências socioculturais, que define, centralmente, o *habitus* empresarial vai passar por uma reestruturação liderada pelos produtores familiares, revelando grandes mudanças nas concepções e nas relações tradicionais mantidas, no passado, por esses produtores, com a terra, o trabalho, a organização e a reprodução das propriedades, evidenciando a importância atribuída às suas trajetórias de ascensão social como expressão das habilidades cognitivas no mercado, responsáveis pela incorporação da importância da gestão das pro-

priedades e da crescente profissionalização das organizações sociais de mercado. Essa importância é ainda mais proclamada frente ao caráter eminentemente agrário do padrão de desenvolvimento horizontal da citricultura.

## LITERATURA CITADA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES DE CITRICOS - ABECITRUS. Disponível em: <www.abecitrus>. Acesso em: 10 mar. 2006.

BASTOS, E. R. Sindicalismo no campo no Brasil: direitos trabalhistas e conflitos de terra. In: FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. **Processo e relações do trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 122-131.

BELIK, W. **Agroindústria processadora e política econômica**. Campinas: UNICAMP/IE, 1987.

BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Éditions Seuil, 1980.

\_\_\_\_\_. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

BRAY, S. C. **A utilização da terra em Bebedouro e o papel atual da cultura de laranja**. 1974. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BRESSER PEREIRA, L. C. B. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

CARONE, E. **A república velha: instituições e classes sociais (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

CHALITA, M. A. N. **Cultura, política e agricultura familiar: a produção do empresário rural como referencial das estratégias de desenvolvimento na citricultura**. 2004. Tese (Doutorado em PPG Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_; PANZUTTI, N. M. Pools e condomínios de produtores na citricultura: as novas formas de organização do mercado e de mediação social. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 12, p. 26-37, dez. 2005.

CUCHE, D. **A noção de cultura das ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: UNICAMP/Ícone, 1985.

DURKHEIM, E. **Les règles de la méthode sociologique**. Paris: PUF, 1983.

- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo/USP, 1975.
- FAUSTO, B. **A revolução de 30**. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- FONT, M. A. Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933. In: *ECONOMIA e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A gestão das políticas na agricultura brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília: SOBER, v. 27, n. 3, p. 309-325, jul./set. 1989.
- \_\_\_\_\_. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HASSE, G. **A laranja no Brasil: 1500-1987 - a história da agroindústria cítrica brasileira dos quintais coloniais às fabricas de suco do século XX**. São Paulo: Duprat/IOBE, 1987.
- JOBIM, L. **Reforma agrária no Brasil colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História).
- MAGALHÃES, M. H. de. Um modelo agro-industrial cooperativo no setor cítrico. Separata de **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 36, n. 11, 1981. (Série Cooperativismo, n. 31).
- MARTINELLI JUNIOR, O. **O complexo agro-industrial no Brasil: um estudo sobre a agroindústria cítrica no estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em PPG) - Economia e Administração, Universidade de São Paulo.
- MARTINS, J. S. **Caminhando no chão da noite: emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. O sentido do associativismo empresarial no Brasil Agrário. In: *CAPITALISMO e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MERTON, E. **Éléments de théorie et de méthode sociologiques**. Paris: Plon, 1965.
- MONBEIG, P. **Pionniers et planteurs de São Paulo**. Paris: Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1952.
- MOREIRA, S. **Zonas citricolas do estado de São Paulo: curso avançado de citricultura**. Piracicaba: ESALQ/USP, 1958, p. 37-40.
- PECAUT, D. **Entre le peuple et la nation: les intellectuels et la politique au Brésil**. Paris: Maison des Sciences de L'Homme, 1989.
- PEROSA, J. M. Y. et al. Parâmetros da competitividade do mel brasileiro. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 41-48, mar. 2004.
- PINTO, L. C. G. **Notas sobre a política de crédito rural**. Campinas: UNICAMP, 1981. Mimeo.
- POLANY, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PRADO JÚNIOR, C. Distribuição da propriedade fundiária no Estado de São Paulo. **Boletim Geográfico**, São Paulo, n. 29, ago. 1945a.
- \_\_\_\_\_. **A história econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945b.
- PRADO, D. P. do. **Da colônia à vila**. 1983. Dissertação (Mestrado) - Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- REIS, E. Interesses agro-exportadores e construção do estado. Brasil de 1899-1930. In: *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SAES, M. S. M.; ISHIKAWA, I. **Entrepreneurship and competitive advantage: examining the case of illycaffè**. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/seminarios>>. Acesso em: 1 set. 2006.
- SANTOS, R. M. R. dos. **Les origines industrielles de la modernisation agricole au Brésil**. 1987. Tese (Doutorado) - Université Paris X, Nanterre.
- SILVA, J. G. da. **Caíndo por terra: crises da reforma agrária na Nova República**. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- SOUZA, A. P. A expansão da citricultura no estado de São Paulo. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA*, 9., 1984, Rio de Janeiro. **Anais...**

---

Recebido em 17/12/2007. Liberado para publicação em 05/03/2008.